



Afinal, bons passos na área da energia

Washington Novaes

Boas notícias na área da energia. A primeira, segundo o Ministério de Minas e Energia (Estado, 9/5), é a de que o Brasil não prevê novas usinas nucleares (perigosas, caras, sem destinação para o lixo radiativo) para antes de 2021; e só Angra 3 continuará em construção - a parte discutível é que retomará depois o projeto de implantar de quatro a oito centrais nucleares dali até 2030.

A segunda é que a Agência Nacional de Energia Elétrica vai reduzir em 80% os tributos a serem pagos por usinas fotovoltaicas e solares térmicas que entrarem em operação até 2017 (Folha de S.Paulo, 13/4).

Claro que ainda há outros pontos discutíveis. O próprio cientista Carlos Nobre, que orienta o Ministério de Ciência e Tecnologia em matéria de clima, admitiu no programa Roda Viva, da TV Cultura, que a elevação do nível do mar no litoral fluminense aconselharia a reestudar ali - onde estão também as usinas de Angra 1 e 2 - a localização de usinas nucleares.

Não é só. Diz este jornal (20/3) que 18 projetos de pesquisa na área solar, avaliados em R\$ 400 milhões, começam a se tornar viáveis, para painéis fotovoltaicos, parques e estádios de futebol - além de já haver oito em operação. Haverá forte economia em linhas de transmissão, pois o consumo será próximo da geração.

O preço do megawatt/hora está em torno de R\$ 300, mas já se prevê sua redução para um terço, próximo do valor nas usinas eólicas e hidrelétricas. Em alguns lugares, segundo a Empresa de Pesquisa Energética, a geração para uso residencial já é economicamente viável.

E ainda mais prevendo, além da isenção de impostos, formatos de financiamento. Em dez anos a participação da hidreletricidade na nossa matriz energética cairá de 75% para 67%. No mundo, a capacidade de geração nessa área subiu de 0,7 GW, em 1996, para 40 GW. Os preços caíram 42%.

Já em 1976, diz o professor Emílio Lèbre La Rovere, da Coppe-UFRJ, um projeto de pesquisa e desenvolvimento em energia solar desenvolvido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) mostrava a conveniência de adotar a energia solar, pois a economia já seria alta só na substituição de chuveiros elétricos.

Agora afirma, na Carta do Sol (19/8/2011), que as biomassas, as pequenas centrais hidrelétricas e a energia eólica têm potencial de concorrer em igualdade de condições com fontes fósseis de energia. Mas em 2009 a hidreletricidade ainda respondia por 84% dos 89% de energia renovável no País.

A conclusão, afirma o relatório, é que a energia solar evita custos de transmissão e distribuição, além de economizar em "edifícios inteligentes"; o Brasil tem muitas vantagens comparativas nessa área, entre elas a disponibilidade do silício entre as matérias-primas, a produção interna de células e filmes - fora a possibilidade de a energia solar baratear muito o custo nas áreas rurais da Amazônia.

Tudo isso é muito valioso, quando a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) alerta para a possibilidade de um "colapso ambiental", já que em quatro décadas virá de combustíveis fósseis 85% do aumento no consumo de energia, que será de 80%, transformando a poluição do ar no maior problema mundial de saúde - como se escreveu neste espaço em 6/4.

E isso pode implicar aumento de 3 a 6 graus Celsius na temperatura do planeta. Também contribuirá para o aumento de 50% nas emissões de gases poluentes até 2050 (e o setor de energia contribui com 70% das emissões).

Na verdade, também aí entra a questão do consumo excessivo - para a qual adverte a Royal Society britânica (27/4), enfatizando a necessidade de se reduzirem os padrões dos países ricos nessa área, ao lado de maior controle do crescimento populacional nas faixas de menor renda.

Também o boletim do Deutsche Bank (27/4) afirma que as emissões de poluentes continuarão a subir pelo menos até 2016, quando se deverá iniciar um declínio lento até 2020. Ainda assim, o excesso de emissões sobre o máximo tolerável (49,8 bilhões de toneladas anuais), para que a temperatura não suba mais de 2 graus, estará em 5,8 bilhões de toneladas anuais, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

As chamadas energias alternativas são importantes para o Brasil também porque não estamos conseguindo cumprir o "compromisso voluntário" de baixar nossas emissões em 39%, calculadas sobre o que viriam a ser em 2020 (apenas uma hipótese). Até aqui (Folha de S.Paulo, 4/12/2011) não se cumpriu nenhum plano de redução nos 11 setores industriais previstos; e continuam próximos de 15 mil quilômetros quadrados o desmatamento e as queimadas na Amazônia e no Cerrado. O próprio Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas só recebeu R\$ 5,1 milhões dos R\$ 238 milhões que lhe seriam destinados.

"O planeta está falido", tem dito o professor Sérgio Besserman Vianna, ex-presidente do IBGE e hoje um dos coordenadores da conferência Rio+20. "Somos pequenos. Não conseguimos implantar um novo Renascimento", mesmo sabendo que "entre 30 e 50 anos o Semiárido brasileiro terá desaparecido, será um deserto". Seu diagnóstico caminha na mesma direção do relatório divulgado há poucos dias pelo WWF, segundo o qual o consumo de recursos naturais já excede em 50% a capacidade de reposição planetária.

E a população terrena aumentará em pelo menos 2 bilhões de pessoas até 2050, enquanto cresce o consumo nos setores de menor renda. Mas os países industrializados, com menos de 20% da população mundial, respondem por 80% desse consumo, segundo a ONU.

As emissões de 500 milhões de pessoas que vivem em países ricos, observa o professor Ricardo Abramovay (FEA-USP), respondem por 50% das emissões de poluentes derivados de combustíveis fósseis. Isso, alerta ele, torna imperativos uma mudança na matriz energética mundial, o aumento da ecoeficiência e a substituição da "economia da destruição" pela "economia baseada no conhecimento da natureza".

Toma juízo o Brasil ao optar por mais energias renováveis e não poluentes.